

CURRÍCULO E IDEOLOGIA: UM ESTUDO INTRODUTÓRIO

1. INTRODUÇÃO:

Há algum tempo, cerca de dez anos, temos discutido as questões inerentes ao currículo de Educação Física dos Cursos a nível de 3º grau, revendo as propostas que atualmente são trabalhadas e principalmente desejando mudanças. Esse debate, impossibilitado de, no momento em que escrevo, por não possuir espaço, ter uma avaliação apurada, vem revelando que a discussão curricular é um processo o qual perpassa questões conceituais. O currículo compreende o todo da proposta educacional, é o conjunto de atividades que acontecem na instituição escolar e, portanto, compreende concepções, propósitos, objetivos, metas, bem como professores, alunos, funcionários... (TAFFAREL, 1987).

Seguindo este pensamento, o presente estudo objetiva fornecer alguns elementos teóricos que contribuam para a compreensão crítica da dimensão política do currículo. Por esse motivo, orientei a apresentação e análise desse elemento relacionando-os com uma abordagem da ideologia e sua ligação com o currículo inserido no todo da sociedade.

2. IDEOLOGIA:

Ideologia constitui axioma extremamente controverso e divergente em suas significações. Existe há cerca de duzentos anos e nesse período de vida já significou muitos aspectos distintos. Para en-

Ingrid Dittrich Wiggers (*)

tender o que é ideologia é preciso refletir sobre a intervenção do homem na sua história, que corre de dois modos interligados: o de cunho ideológico e o de cunho prático. É o primeiro deles que confere predominantemente a qualidade política do processo de relacionamento do homem com a natureza. Portanto, a história do homem é permeada por ideologias (como sombras de caráter subjetivo). Visto que a história se caracteriza por mudanças constantes, a significação do termo ideologia também acompanhou tais mudanças. Partindo da controvérsia que se introyetou historicamente no axioma em questão, tentarei organizar e apresentar as principais correntes sociológicas e filosóficas que se preocuparam com o caráter ideológico da humanidade. Preferencialmente, aqueles que contribuíram para a construção do significado neomarxista de ideologia, a ser utilizado como referência para elaboração da relação entre ideologia e currículo.

Destutt de Tracy foi, segundo Lúwy (1985), o primeiro pensador que, na época da França napoleônica (dominada pelos ideólogos-antimetafísicos, antitedológicos e antimonarquistas), caracterizou o processo de formação de idéias e, para tanto, inventou o termo ideologia. Sua publicação de 1801 intitula-se "Eléments d'Idéologie", na qual ideologia conceitua-se como o estudo das idéias, a partir de métodos científicos, onde as mesmas configu-

** Professora de Educação Física da Prefeitura Municipal de Aracaju (SE). Mestranda do curso de Pós-Graduação em Educação Física da UFSM (RS).

ram-se como o resultado da interação entre o organismo vivo e a natureza, o meio ambiente. "Para essa concepção, as idéias, as ideologias, as concepções de mundo são produto das circunstâncias sociais em que vivem os homens. São as circunstâncias materiais que reproduzem a consciência, as idéias ou as ideologias" (Löwy, 1985, p. 18).

Passada cerca de uma década, quando Napoleão se proclamou imperador, os ideólogos seguidores de Destutt de Tracy se voltam contra o líder e recebem uma crítica num discurso de Napoleão. Nasceu desse discurso a concepção de ideologia como sistema de idéias abstratas que ignoram sua relação com o real. Napoleão rechaça os ideólogos, interpretados por ele como metafísicos, que faziam abstração da realidade, vivendo num mundo especulativo. Esse conceito de ideologia que contrapunha o próprio conceito científico materialista dos "acusados" se sobrepôs e entrou para o linguajar corrente da época. Portanto, na primeira metade do século XIX, ideologia se relacionava com a metafísica, especulação e ignorância da realidade e nesta época se configurava a problemática ideológica do que é real ou não real, que jamais desapareceu do termo em questão.

Marx (segunda metade do século XIX), foi responsável pela elaboração primorosa de uma crítica à economia do capital, que possui dimensão metodológica mais ampla, relacionando-se à história, à sociologia, à filosofia. A estrutura econômica da sociedade é composta pelo conjunto das relações de produção e essa é a base concreta por onde se dá a formação das consciências. A produção das idéias é emanação

da vida material, não da imaginação ou representação do homem. Na medida em que a classe dominante domina os meios de produção ela também domina a formação das consciências. "(...) as idéias das classes dominantes são as ideologias dominantes na sociedade" (Löwy, 1985, p. 12).

A classe dominante possui consciência disso e organiza formas de veicular sua ideologia, tais como instituições jurídicas, políticas, artísticas, educacionais... Suas idéias são estabelecidas em função de sua legitimação e manutenção das desigualdades sociais. A ideologia dominante visa confundir o real, formar a falsa consciência de que a sociedade é harmônica e tornar as idéias universais, neutras, como se fossem verdadeiras para todas as classes sociais. Exemplos disso é que não faltam: veicula-se em nosso meio capitalista que a educação favorece a ascensão social. Essa idéia só é válida para a classe burguesa, única em condições de acesso à educação. Aos trabalhadores diz-se que o trabalho lhe renderá bens, possibilitará economias e poupança para o futuro. Impossível, para quem ganha um salário de subsistência, esse tipo de realização.

A teoria marxista ortodoxa contempla a ideologia, portanto, como processo crítico de desvelar a realidade social, no entanto aprisiona a classe dominada à ideologia dominante. Afinal as classes oprimidas então não possuem ideologia? GENRO FILHO (1986), salienta que a ideologia do proletariado se manifesta como conteúdo latente da tensão entre dominados e dominadores. Sua sublimação acontece na prática política e aceitar a ideologia revolucionária é assumir o com

promisso histórico da humanidade (ideologia como instrumento de oposição das massas).

A partir do início do século XX surgem dois pensadores que muito contribuíram para a possibilidade contra-ideológica. São eles: Lenin e Mannheim. Lenin contemplou ideologia como qualquer concepção da realidade social e política vinculada a interesses e posições das diversas classes sociais ideologia burguesa (dominante) e ideologia proletária (dominada). Para o conjunto estrutural e orgânico de idéias, representações, teorias e doutrinas, expressões dos interesses vinculados às posições de classes, Mannheim concebeu duas formas: "ideologia" - de caráter legitimador, reproduzidor e conservador da ordem estabelecida - e "utopia" - de caráter transformador da realidade, subversivo, crítico e revolucionário.

Gramsci contribuiu para a construção do referencial contra-ideológico na medida em que se desenvolveu profundamente as categorias de hegemonia e bloco histórico. Hegemonia é a qualidade da ideologia dominante, ou seja, a ideologia burguesa domina porque é hegemônica; porque é vivenciada profundamente, satura a sociedade e constitui o limite do senso comum para a maioria das pessoas que vivem sob o seu domínio. Esse processo é explicado por Gramsci através da noção de bloco histórico formado pelo vínculo entre Super-estrutura (Estado = Sociedade Política + Sociedade Civil) e Infra-estrutura (burguesia e proletariado). A burguesia possui elementos (intelectuais orgânicos) vinculados à Super-estrutura, os quais, ao defenderem sua ideologia, formam o bloco histórico que torna a ideologia burguesa hegemônica.

No resgate do que lhe é de direito, o proletariado, segundo Gramsci, precisa, em sua luta, articular seus próprios intelectuais orgânicos à Super-estrutura, ou seja, formar o bloco histórico contra-ideológico.

Portanto, o significado da palavra ideologia se relaciona com a capacidade de pensar, representar e teorizar sistemas de idéias (visão social de mundo), a partir de uma prática social e política; consiste no "conjunto de idéias através das quais percebemos o mundo exterior" e orientamos nossa ação-intervenção prática na história (MACRIDIS, 1980, p. 20). Esse paradigma conceptual de ideologia dá luz à possibilidade contra-ideológica e é constituído segundo uma perspectiva de classe. A perspectiva utópica de que os oprimidos enquanto classe social emergente são passíveis de se tornarem hegemônicos e portanto, resgatarem o que lhes foi tirado pelo poder dominante.

3. RELAÇÃO CURRÍCULO - IDEOLOGIA

Para compreender o currículo e seu atual papel em nossa sociedade é preciso reconhecer essa própria sociedade em que vivemos como um processo onde existem basicamente duas forças antagônicas: a força do capital (exploradora) e a força do trabalho (explorada), que vivem sob tensão e conflito constantes. Em outras palavras, a sociedade capitalista possui classes, cujas condições de vida são bastante diferenciadas. Nesse contexto se situa a nossa educação e portanto, o currículo.

A Sociedade Política e a Sociedade Civil que compõem o Estado trabalham pela manutenção do "status quo" utilizando-se de estratégias distintas. A primei

ra utiliza-se principalmente da coerção e seus aparelhos de reprodução de caráter repressivo são o exército, as polícias, as prisões, o direito (penal)... A Sociedade Civil é de cunho consensual, age pelo consentimento e seus aparelhos de reprodução cumprem seu papel de manutenção da sociedade através da persuasão e da ideologia. Os aparelhos ideológicos são a família, a igreja, as leis (o direito), os meios de comunicação, as entidades assistenciais, os sindicatos (pelegos), a escola (educação), ...

A princípio considera-se a escola lugar privilegiado de inculcação ideológica burguesa, que tem como objetivo cristalizar os valores da sociedade harmoniosa", livre de conflitos e contradições. Reproduz e garante as relações de produção no sistema capitalista. Escola é afinal um aparelho ideológico do capital, onde os interesses e a ideologia dominante são passados, visto que, na maioria das vezes, ela é imposta, obrigatória e controlada pelos que detêm o poder. Nos países capitalistas dependentes, o tipo de escolas que possuímos é o tipo necessário para que o capital possa se expandir e ter mais lucros. Para tanto, desempenha dois papéis básicos: preparação da mão-de-obra para o capital e reprodução das relações de dominação e de exploração. Ou seja, a educação está vinculada à estrutura social e econômica vigentes, está em função dessas estruturas e sua manutenção.

Por outro lado, SOBRINHO (1986 p. 39), salienta que "o aparelho escolar, como todo aparelho ideológico, reflete e pode até converter-se, em certas conjunturas, num espaço privilegiado de luta

de classes e gerar contra-ideologias". À educação cabe a reprodução das hierarquias e das relações de dominação e exploração. Esse pressuposto serve como tomada de consciência crítica que permite a atuação na realidade no sentido de modificá-la.

Questionar e refletir o projeto da educação vinculada à classe dominante tem sido tarefa complicada nos meios escolares. Principalmente porque quando educamos, é preciso saber "que modelos sociais iremos transmitir, que conteúdos estamos veiculando, que classe estamos defendendo, de que ponto de vista estamos pensando a educação: do ponto de vista do povo ou do sistema?" (Gadotti, 1986, p. 40). Afinal, questionar nossa competência política é principal e fator primeiro em relação a competência técnica. Colocamos nossa técnica em função de qual projeto político educacional? A formulação de uma concepção de mundo adequada aos interesses populares passa necessariamente por esta questão. Essa é uma tarefa complicada também porque as classes dominantes se utilizam de todos os seus instrumentos de poder (ideológicos) a fim de impedir o surgimento de uma educação crítica, dimensionada no sentido da leitura e compreensão da realidade histórico-social. Somente através dos conflitos, das contradições, das brechas ideológicas que vez por outra se abrem, torna-se possível a organização da contra-ideologia, cujos defensores são aqueles que acreditam na educação alicerçada num projeto político em defesa das maiorias dominadas.

GADOTTI (1986) enfatiza que a educação deve contribuir para a formação da consciência de classe e criação de uma contra-ideologia (processo de conscientização -

não subjugação à ideologia dominante) compromisso com a construção de uma sociedade mais justa. Esse compromisso é o próprio ato (educativo) de decisão (tomar partido). Compreender a impossibilidade concreta da neutralidade, pois mesmo os educadores que escamoteiam sua posição nesse pressuposto tomam partido, assumem posição comprometida com o poder e seu jogo de dominação.

O alardeado técnico em educação, dito "neutro", é, antes de técnico (seu atributo), um profissional do humano, do social e do político. Nesse sentido, o verdadeiro papel da educação seria eliminar a dicotomia dos dois planos que dividem a sociedade humana: a dos opressores e oprimidos - visão pedagógica marxologista de fendida por CURY (1986).

Compreendo o currículo como algo concreto, através do qual a escola se organiza e planeja como vai atuar no processo de ensino e aprendizagem. Em nossa sociedade constitui forma específica de intervenção (do Estado) no sistema educacional. O currículo, enquanto planejamento educacional, se relaciona com outras formas de intervenção (econômica, política...) e objetiva a implantação de uma política educacional coerente com as intenções de quem planeja. Objetiva encaminhar a escola no sentido de a mesma cumprir as funções que lhe são atribuídas enquanto instrumento de Estado. Portanto, minhas preocupações são com quem planeja a educação e com que finalidade se planeja (HORTA, 1985).

O planejamento como processo social constitui forma histórica de controle social que visa inculcar valores dominantes com fins de sua reprodução. Nesse sentido estabelece-se na articulação entre o saber e o poder, onde o pri-

meiro está em função do segundo (concepção funcionalista - plano instrumento do poder). A concepção funcionalista é de caráter ingênuo (educação autônoma) e liberal ("interesses coletivos") pois o planejamento é visto como imobilizador e constitui apenas um esquema configurador. Caracteriza-se, portanto, o mito da planificação educacional que se estabelece como eficaz e eficiente através da técnica.

Portanto, existe uma relação direta entre currículo e reprodução das forças econômicas e culturais. Através da reprodução cultural principalmente acontece a preservação da ideologia e hegemonia das forças dominantes. Para tanto, somente alguns significados e práticas (dominantes) são escolhidos (tradição seletiva) para constituírem elementos curriculares, enquanto outros são excluídos. Busca-se o consenso através da seleção dos conhecimentos baseada no capital cultural (técnico e na acumulação individual do capital econômico (padrões utilitários racionais de pensamento), onde os elementos curriculares obedecem uma lógica burguesa, "inalterável" em que o conhecimento está desvinculado do homem (visão positivista).

No entanto, a reprodução ideológica a nível de currículo não se dá somente de modo explícito, mas principalmente de modo implícito. O chamado currículo oculto transmite as normas e valores dominantes que normalmente não são mencionados na apresentação dos conteúdos ou objetos curriculares (APPLE, 1982). Estes normatizam também a prática pedagógica do professor, tido como o primeiro "padrão" dos seus alunos e que estabelece as regras de recompensa e poder na sala de au-

la. Portanto, o aprendizado incidental é muito mais efetivo na "sociabilização" (modelo de de desempenho e objetivos comportamentais) dos alunos do que as aulas de educação moral e cívica, por exemplo. O ensino das regras de um jogo não é tão efetivo quanto o ensino dos valores ocultos. Não basta o repúdio às regras oficiais do jogo de basquetebol nas aulas de educação física se as regras ocultas ainda funcionam como mito... A ideologia hegemônica que a escola reproduz é muito mais fruto do currículo oculto do que do manifesto. Por esse principal motivo a mudança curricular dos elementos manifestos (disciplinas, conteúdos, métodos...) constitui renovação imediata, enquanto a mudança curricular dos elementos ocultos constitui renovação mediata que requer visão de mundo transformadora. Para tanto, é necessário estabelecer uma visão do currículo, enquanto planejamento educacional, de caráter mobilizador do real, que concebe a categoria de totalidade e o processo criador. O ponto de partida é a desmitificação do plano e o questionamento sobre a finalidade com que se elabora um currículo. Significa assumir uma concepção realista do currículo, a qual planeja uma educação inserida na política global determinada e determinante da hegemonia.

O currículo, enquanto intervenção do Estado, escamoteia sua dimensão política na supravalorização da dimensão técnica. O resgate dessa dimensão política, considerando a sociedade capitalista, exige uma postura pedagógica de conflito, contradição e tomada de consciência. Significa questionar os valores, a linguagem ideológica dominante. A escola, como vimos anteriormente, deve estabe

lecer contraposição firme aos interesses do capital e essa intenção requer formas curriculares divergentes que questionem o saber "científico" e resgatem a verdadeira finalidade da educação como processo de relacionamento dialético entre o poder e o saber, no qual o plano assume o papel de consciência do poder.

4. PALAVRAS FINAIS:

Tentando situar o acima exposto, no momento de mudança curricular da área de conhecimento da educação física, vale lembrar que historicamente a mesma surge nas escolas brasileiras, a partir do militarismo e como provedora de saúde física - ideologia da obediência e ideologia eugênica, respectivamente. Com o advento da tecnologia, a educação física é concebida segundo os valores pragmáticos. Finalmente, em contestação ao tecnicismo, assume as concepções humanístico-idealista, pertinentes principalmente às preocupações com a educação física infantil. Em todos os períodos conceptuais inerentes à educação física, constato duas grandes categorias: ênfase na competência técnica em detrimento da competência política e a característica comum, em todas as concepções, de reprodução e legitimação da ordem social. Todas essas concepções desvalorizam um projeto (utópico) maior de sociedade e não transparecem a sociedade de classes na qual a educação física brasileira acontece. Por este motivo é que nos deparamos com uma educação física "pretensamente" disciplinadora, provedora de saúde física, de movimentos técnicos, estereotipados, e, em oposição, movimentos sentidos, vividos, ... - uma educação física em crise, que não conhece seu papel na formação de seres críticos e conscientes de

seu potencial histórico e transformador, que não conhece sua própria identidade e papel numa sociedade de classe. Esse fato não é isolado e acontece junto aos fenômenos educacionais e sociais, de dimensão histórica maior.

Nesse sentido é preciso questionar os atuais conteúdos (técnicos) da educação física, cujos instrumentos, como a (falsa) neutralidade e o (falso) descompromisso político, contribuem para uma atuação em favor da ideologia conservadora. Se desejamos não apenas uma reformulação e

sim uma mudança de dimensão maior, são válidos os questionamentos do Prof. Luiz Carlos de Freitas apresentados no I Seminário de Educação Física - "Educação Física, um compromisso político com a Educação" - realizado em Aracaju (27 - 29/05/1988): Por que mudar o currículo de educação física? Essa mudança se processará segundo que projeto histórico? Quais os critérios, quais os pontos de vista políticos e ideológicos que permearão nosso trabalho e decisão a respeito de objetivos, conteúdos, disciplina...?

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- APPLE, Michael - *Ideologia e Currículo*. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- CURY, Carlos Jamil - *Ideologia e Educação Brasileira*. Católicos e Liberais. 3ª ed. São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1986.
- GADOTTI, Moacir - *Concepção dialética da educação: um estudo introdutório*. 4ª ed. São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1986.
- GENRO FILHO, Adelmo - *Marxismo filosofia profana*. Porto Alegre, Tchê, 1986.
- GRAMSCI, Antônio - *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1982.
- HORTA, José Silvério Baia - *Planejamento educacional*. IN: MENDES, Durmeval Trigueiro (Coord.). *Filosofia da educação brasileira*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1985, p. 195-239.
- LÖWY, Michael - *Ideologia e Ciência Social: elementos para uma análise marxista*. São Paulo, Cortez, 1985.
- MACRIDIS, Rey C. - *Ideologias políticas e contemporâneas*. Brasília, Universidade de Brasília, 1980.
- MANNHEIM, Karl - *Ideologia e Utopia*. 3ª ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich - *A ideologia alemã: teses sobre Fenerbach*. São Paulo, Moraes, 1984.
- MENDONÇA, Nadir Domingues. *O uso dos conceitos: uma questão de interdisciplinaridade*. 2ª ed. Petrópolis, Vozes, 1985.
- SOBRINHO, Encarnación - *Ideologia e educação: reflexões teóricas e propostas metodológicas*. São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1986.
- TAFFAREL, Celi Nelza Zulke - *Proposta Curricular e o planejamento em educação física*. Santa Cruz do Sul, 1987. mimeografado.